

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

99 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 25 a 29/10/2021):

1. POLONIA - ESTADO DE DIREITO - SANÇÃO	1
2. CIMEIRA DO CLIMA COP26	1
3. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE	2
LIBE	2
AFET	2
INTA	2
Reunião interparlamentar sobre a Europol	3
4. RELAÇÕES UE-ÁFRICA	3
5. BANCO CENTRAL EUROPEU - POLÍTICA MONETÁRIA	4
6. COMISSÃO EUROPEIA PACOTE BANCÁRIO 2021	4
5. COMISSÃO EUROPEIA - COMUNICAÇÃO	5
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia	5
Videoconferência informal dos ministros da Economia e das Finanças	5
8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - NOVA VERSÃO DO IPEX	5
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu	6
Comissão Europeia	6
Conselho da União Europeia	6



<u> 1. POLÓNIA - ESTADO DE DIREITO - SANÇÃO</u>

Temos vindo a dar nota, nas últimas <u>Sínteses Semanais</u>, das questões que têm oposto a União Europeia (UE) e a Polónia em torno da independência do sistema judicial, com particular destaque para o acórdão do Tribunal Constitucional polaco que declarou que a <u>Constituição polaca tem precedência sobre algumas normas da UE</u>. Referimos, igualmente , o <u>debate</u> realizado na passada sessão plenária do PE com o Primeiro-Ministro da Polónia, Mateusz Morawiecki (discurso integral <u>aqui</u>), a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (discurso <u>aqui</u>), e o ministro esloveno dos Negócios Estrangeiros, Anže Logar, em representação da presidência rotativa do Conselho.

Esta semana, e relativamente a um caso anterior, o Tribunal de Justiça da UE (TJUE) deliberou que, uma vez que não suspendeu a aplicação das disposições da legislação nacional relacionadas, em particular, com as áreas de jurisdição da Câmara de Disciplina da Supremo Tribunal, a Polónia foi condenada a pagar à Comissão Europeia uma sanção diária num montante de um milhão de euros (comunicado e acórdão disponíveis aqui). O Tribunal considera que esta decisão visa "evitar danos graves e irreparáveis à ordem jurídica da União Europeia e aos valores em que esta se funda, em particular o do Estado de direito". Recorde-se que, considerando que as disposições da legislação nacional em vigor infringem a legislação da UE, a Comissão havia interposto uma acção por incumprimento no Tribunal de Justiça em 1 de abril de 2021.

Esta é a <u>maior sanção pecuniária imposta</u> pelo TJUE a um Estado-Membro. Finalmente, importa notar que o Plano de Recuperação e Resiliência da Polónia ainda não foi aprovado pela Comissão e que está pendente de decisão o recurso interposto pela Polónia e Hungria sobre o <u>"mecanismo de condicionalidade"</u> do Estado de direito no TJUE.

2. CIMEIRA DO CLIMA COP 26

Demos nota, na passada semana, de que o PE aprovara as suas <u>recomendações para a Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas</u> (COP 26), que se realiza em Glasgow, de 31 de outubro a 12 de novembro. A <u>delegação do Parlamento Europeu</u> à COP 26, liderada por Pascal Canfin (Renew Europe, FR), estará em Glasgow a partir de 8 de novembro. A Deputada portuguesa Lídia Pereira, que foi coautora desta resolução em nome do grupo PPE, integrará também a delegação. Intervieram no debate as Deputadas portuguesas <u>Lídia Pereira</u> e <u>Maria da Graça Carvalho (PPE</u>).

Esta semana, o *think-tank* do PE publicou um abrangente *briefing* sobre a COP-26, disponível <u>aqui</u>, bem como uma análise que perspetiva os principais temas em debate na Cimeira (que pode ser lido <u>aqui</u>). Além disso, disponibiliza uma análise dos progressos na ação climática nos vários Estados-Membros: <u>Bélgica</u>; <u>Bulgária</u>; <u>Chéquia</u>; <u>Dinamarca</u>; <u>Alemanha</u>; <u>Estónia</u>; <u>Irlanda</u>; <u>Grécia</u>; <u>Espanha</u>; <u>França</u>; <u>Croácia</u>; <u>Itália</u>; <u>Chipre</u>; <u>Letónia</u>; <u>Lituânia</u>; <u>Luxemburgo</u>; <u>Hungria</u>; <u>Malta</u>; <u>Países Baixos</u>; <u>Áustria</u>; <u>Polónia</u>; <u>Portugal</u>; <u>Roménia</u>; <u>Eslováquia</u>; <u>Finlândia</u>; <u>Suécia</u>.

Finalmente, são disponibilizados vários estudos que complementam esta informação:

EU climate action policy: Responding to the global emergency, EU climate target plan: Raising the level of ambition for 2030, Climate change and climate action, Establishing the new EU strategy on adaptation to climate change: Initial Appraisal of a European Commission Impact Assessment The concept of 'climate refugee': Towards a possible definition, EU strategies on hydrogen and energy system integration, Revising the Energy Efficiency Directive: Fit for 55 package, European climate law; Matching priorities and resources in the EU budget: Climate action, migration and borders, Mainstreaming of climate action in the EU budget: Impact of a political objective, EU agricultural policy and climate change, The blue economy: Overview and EU policy framework, Just Transition Fund for climate-neutral European regions (Infographic), The European Green Deal and cohesion policy, Meeting

1



the Green Deal objectives by alignment of technology and behaviour (Annex 1), What if we could engineer the planet to help fight climate change?.

3. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

Na semana que passou, realizaram-se várias reuniões das <u>Comissões Parlamentares do PE</u>, com destaque para a <u>Semana Europeia para a Igualdade de Género</u>.

LIBE

A Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, através do Grupo de Acompanhamento da Democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais (DRFMG), promoveu um debate com o Comissário para a Justiça e a Presidência eslovena sobre o segundo relatório anual relativo ao Estado de direito na UE (2021).

Num outro domínio, a Comissão LIBE adotou esta semana um <u>relatório</u> sobre a **migração legal** (estudo de acompanhamento <u>aqui</u>), considerando que esta é uma forma de responder aos desafios demográficos da Europa e de adequar eficazmente as competências dos imigrantes às necessidades do mercado de trabalho. Por conseguinte, a UE deveria oferecer aos nacionais de países terceiros novas vias para a migração legal, assegurar condições de trabalho decentes e acabar com a exploração, convidando a Comissão a apresentar até 31 de Janeiro de 2022 propostas legislativas neste sentido.

AFET

A Comissão de Assuntos Externos do PE adotou um <u>relatório de iniciativa</u> sobre a <u>cooperação na luta contra o crime organizado nos Balcãs Ocidentais</u>, em que exorta os governos da região a aumentar significativamente os seus esforços para avançar com reformas na área do Estado de direito e da luta contra a corrupção e o crime organizado. A UE deverá apoiar estes esforços através de assistência financeira e cooperação prática. Em concreto, afirma-se a necessidade de erradicar as ligações políticas e administrativas ao crime organizado, solicita-se que as autoridades responsáveis abram os arquivos da ex-Jugoslávia, considera-se que a UE deve liberalizar o regime de vistos com o Kosovo sem mais demoras e é salientado que a luta contra o crime organizado e o avanço para a integração na UE são processos que se reforçam mutuamente.

A Subcomissão de Segurança e Defesa (SEDE) promoveu uma <u>audição pública</u> sobre o impacto da doutrina e ações militares russas na região abrangida pela Parceria Oriental. Estiveram presentes Maryna Vorotnyuk, investigadora do Instituto de Estudos de Segurança Internacional do Royal United Services Institute e Mykhailo Samus, director da New Geopolitics Research Network,

Esta Subcomissão procura examinar a <u>renovada Estratégia de Segurança Nacional Russa</u>, bem como o papel do Grupo *Wagner* nos desenvolvimentos na área da Parceria Oriental (a questão do papel crescente do grupo russo *Wagner* como elemento de uma estratégia desestabilizadora em África, será discutida num debate separado).

INTA

A Comissão de Comércio Internacional debateu com os Vice-Presidentes Executivos Margrethe Vestager e Valdis Dombrovskis o <u>Conselho de Tecnologia e Comércio UE-EUA</u>, realizado a 29 de setembro de 2021 (resultados <u>aqui</u>). Os Deputados apelaram à transparência no trabalho do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA e congratularam-se, em geral, com este reinício da cooperação UE-EUA, que instaram a trabalhar no sentido de soluções pragmáticas e a resolver questões imediatas nas áreas do comércio e da tecnologia.



"Não há contradição transatlântica entre promover a inovação na IA e, ao mesmo tempo, proteger a democracia", salientou a Vice-Presidente Margrethe Vestager, tendo o Vice-Presidente Valdis Dombrovskis acrescentado que "o TTC está pronto para estabelecer os padrões para o século XXI".

Reunião interparlamentar sobre a Europol¹

No âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência eslovena do Conselho da UE, teve lugar nos dias 25 e 26 de outubro, por videoconferência, a <u>9.ª Reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol</u>, co-organizada pelo PE e pelo Parlamento esloveno, e na qual a AR esteve representada por uma delegação conjunta da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Assuntos Europeus, composta pelos Deputados José Magalhães (PS), Sérgio Marques (PSD), Bruno Dias (PCP) e Inês Sousa Real (PAN).

Todos os documentos estão disponíveis no <u>IPEX</u> e a gravação dos trabalhos pode ser visionada <u>aqui</u> (dia 26), incluindo as intervenções dos Deputados portugueses.

Os trabalhos, codirigidos pelo Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu, Juan Fernando López Aguilar, e pelos representantes da Presidência Eslovena, Nik Prebil e Bojana Potočan, iniciaram-se com uma reunião da Tróica Presidencial. O primeiro painel incidiu sobre as atividades da Europol desenvolvidas entre março e setembro de 2021 e incluiu a apresentação do Projeto de Programa Multianual para 2022-2024, pela Senhora Diretora Executiva da Europol, Catherine De Bolle, e do relatório da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, elaborado por Wojciech Wiewiórowski.

A Comissária dos Assuntos Internos, Ylva Johansson, e o Ministro do Interior da Eslovénia, Aleš Hojs, lançaram os dois debates temáticos do dia 26 de outubro: o primeiro sobre o Cibercrime na UE, com enfoque no abuso de crianças online e na cooperação com países terceiros, incluindo pessoas privadas e ONGs, no qual intervieram o Chefe de Operações do Centro Europeu de Cibercrime da Europol, Fernando Ruiz, o Vice-Diretor Geral da Direção-Geral para a Migração e Assuntos Internos da Comissão Europeia, Olivier Onidi, o Chefe da Secção de Crime Juvenil da Divisão Geral de Crime do Diretorado de Polícia Criminal da Eslovénia, Robert Tekavec, e um representante do Centro Internet Segura da Eslovénia, Andrej Motl; o segundo, sobre o Crime Financeiro e Corrupção – Protecção dos Interesses Financeiros da EU, que contou com as intervenções do Chefe do Centro Europeu para o Crime Económico e Financeiro da Europol, Burkhard Muhl, o Procurador Público Europeu, Frédéric Baab, e o Conselheiro no Ministério da Justiça e da Segurança dos Países Baixos, Nicholas Franssen. Durante a troca de impressões, a propósito de ambas as áreas criminosas em debate, foram sobretudo suscitadas questões e preocupações relacionadas com o tratamento de grandes conjuntos de dados – Big Data – e o direito à proteção de dados, bem como a importância e os desafios da cooperação com países terceiros, entidades públicas e privadas.

4. RELAÇÕES UE-ÁFRICA

Tendo em vista a preparação da Cimeira UE-África, prevista para fevereiro de 2022, teve lugar esta semana uma Cimeira dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e da União Africana, tendo sido concluídos acordos sobre quatro áreas-chave de cooperação:

- Resposta conjunta COVID-19: Aumentar o acesso a vacinas, medicamentos e tecnologias
- Investimento conjunto na nossa recuperação: Transformação verde e digital
- Trabalhar em conjunto pela paz, segurança e governação

-

¹ Ponto elaborado pela equipa de apoio à 1.ª Comissão.



- Trabalhar em conjunto na migração e mobilidade

O comunicado final, onde se densifica o teor destes acordos, está disponível aqui.

5. BANCO CENTRAL EUROPEU - POLÍTICA MONETÁRIA

O Conselho de Governadores do Banco Central Europeu (BCE) reuniu esta semana, tendo tomado algumas decisões de política monetária, que estão disponíveis <u>aqui</u>. O sumário da conferência de imprensa da Presidente Christine Lagarde está <u>aqui</u>, sendo de destacar:

- Taxas de juro diretoras do BCE: A taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas em 0,00%, 0,25% e -0,50%, respetivamente.
- Programa de compra de ativos: As aquisições líquidas ao abrigo do APP prosseguirão a um ritmo mensal de 20 mil milhões de euros. O Conselho do BCE continua a esperar que as aquisições mensais líquidas de ativos no contexto do APP decorram enquanto for necessário para reforçar o impacto acomodatício das suas taxas diretoras e que cessem pouco antes de começar a aumentar as taxas de juro diretoras do BCE.
- **Programa de compra de ativos devido a emergência pandémica**: O Conselho do BCE continuará a realizar aquisições líquidas de ativos ao abrigo do PEPP, com uma dotação total de 1850 mil milhões de euros, no mínimo, até ao final de março de 2022 e, em qualquer caso, até considerar que o período de crise do coronavírus terminou.
 - O Conselho do BCE continua a considerar que podem ser mantidas condições de financiamento favoráveis com um ritmo moderadamente menor de aquisições líquidas de ativos no âmbito do PEPP do que no segundo e terceiro trimestres deste ano.
- Operações de refinanciamento: O Conselho do BCE continuará a proporcionar ampla liquidez através das suas operações de refinanciamento. Em particular, a terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas III) permanece uma fonte de financiamento atrativa para os bancos, apoiando a concessão de crédito bancário às empresas e às famílias.

Esta foi a primeira conferência de imprensa de Lagarde desde o anúncio de que Jens Weidmann irá renunciar ao cargo de Governador do *Bundesbank* da Alemanha, um tema que tem <u>suscitado bastante interesse no contexto das negociações sobre a formação</u> do novo governo alemão.

6. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE BANCÁRIO 2021

A Comissão Europeia adotou uma <u>revisão das regras bancárias da UE</u>, permitindo aos bancos da UE tornarem-se mais resilientes a potenciais choques económicos futuros, contribuindo simultaneamente para a recuperação da Europa e para a transição para a neutralidade climática. Este pacote finaliza assim o **Acordo de Basileia III** (acordo alcançado pela UE e pelos seus parceiros do G20 no Comité de Basileia de Supervisão Bancária, com vista a tornar os bancos mais resilientes a eventuais choques económicos).

Esta revisão inclui uma proposta legislativa que altera a <u>Diretiva Requisitos de Fundos Próprios</u> (Diretiva 2013/36/UE), uma proposta legislativa que altera o <u>Regulamento Requisitos de Fundos Próprios</u> (Regulamento (UE) n.º 575/2013) e uma proposta legislativa separada que altera o



Regulamento Requisitos de Fundos Próprios no domínio da resolução (a chamada proposta «de estrutura em cadeia»).

Este pacote visa assim:

- Aplicação do Acordo de Basileia III Reforçar a resiliência aos choques económicos;
- Sustentabilidade Contribuir para a transição ecológica;
- Supervisão mais rigorosa garantir uma boa gestão dos bancos da UE e proteger melhor a estabilidade financeira.

A Comissão preparou uma seção de perguntas e respostas sobre o tema.

5. COMISSÃO EUROPEIA - COMUNICAÇÃO

A Comissão Europeia apresentou esta semana uma forma de comunicação inovadora, através de um tweet da Direção-Geral do Comércio, em que apresenta algumas das principais figuras políticas protagonistas de videojogos.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

Os ministros trocaram pontos de vista sobre o <u>aumento dos preços da energia</u> e discutiram possíveis medidas para a sua mitigação a nível nacional e da UE. O debate focou essencialmente duas questões: como pode a ação da UE apoiar e complementar as medidas tomadas pelos Estados-Membros para atenuar o impacto do aumento dos preços da energia nos cidadãos e empresas da UE e se as medidas a médio prazo, propostas pela Comissão, serão suficientes para enfrentar o desafio de futuras flutuações de preços nesta área, assim como que outras medidas a nível nacional e da UE, incluindo instrumentos financeiros da UE, podem ser previstos.

Os ministros referiram a <u>caixa de ferramentas apresentada pela Comissão</u> como uma boa base para a discussão, concordando que devem ser tomadas medidas nacionais a curto prazo para apoiar os consumidores mais vulneráveis e medidas a médio e longo prazo que envolvam a reforma do funcionamento do mercado grossista de eletricidade, regimes voluntários de aquisição conjunta de gás e soluções de armazenamento a nível da UE. O vídeo deste debate encontra-se disponível <u>aqui</u>.

Videoconferência informal dos ministros da Economia e das Finanças

A reunião focou-se na <u>implementação do fundo de recuperação da UE</u>, tendo os ministros trocado pontos de vista sobre as decisões do Conselho relativas à aprovação de planos nacionais de recuperação e resiliência da Estónia, Finlândia e Roménia.

8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - NOVA VERSÃO DO IPEX

O IPEX (<u>www.ipex.eu</u>) é uma plataforma de cooperação interparlamentar desenvolvida entre o PE e os Parlamentos nacionais, com o objetivo de congregar, num só repositório, toda a informação relativa ao escrutínio e pronúncia de todos os Parlamentos sobre as propostas (legislativas ou não) da Comissão Europeia, a disseminação de notícias sobre dossiês relevantes para os Parlamentos (e.g. *Brexit*) e as iniciativas que estes desenvolvem (audições, resoluções, etc).

O IPEX está presente nas redes sociais em https://twitter.com/IPEXEU e desde 2020 que tem sido desenvolvida a nova versão da plataforma, a designada Web v3 do IPEX. O objetivo é que o IPEX



reforce a capacidade de intercâmbio de todos os tipos de documentos e informações parlamentares, bem como dar visibilidade a novas iniciativas e desenvolvimentos interparlamentares (e.g. redes temáticas interparlamentares como o apoio à democracia, Semestre Europeu, planos de recuperação e resiliência, Conferência sobre o Futuro da Europa).

O novo site do IPEX v3 foi <u>formalmente lançado</u> na reunião de correspondentes do IPEX, realizada entre 28 e 29 de outubro, em Berlim.



Foi disponibilizado um vídeo de apresentação do novo IPEX, disponível aqui.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho político nos Estados-Membros, não havendo atividades em Bruxelas.

Comissão Europeia

Não haverá reunião do Colégio na próxima semana.

Conselho da União Europeia

Não se encontram previstas reuniões do Conselho na próxima semana.

Bruxelas | 29 de outubro de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

e Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.